

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Natália Aimar Ferreira

“MINHA CASA, MINHA VIDA” E O IMAGINÁRIO SOCIAL SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS.

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Prof. Me. Fernando Henrique Guisso.

Juiz de Fora
2017

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Natália Aimar Ferreira, acadêmica do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201572058A, declaro que sou autora do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Minha Casa, Minha Vida” e o imaginário social sobre políticas públicas, desenvolvido durante o período de 22 de agosto de 2016 a 25 de janeiro de 2017 sob a orientação de Fernando Henrique Guisso, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 02 de fevereiro de 2017.

NATÁLIA AIMAR FERREIRA

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

“MINHA CASA, MINHA VIDA” E O IMAGINÁRIO SOCIAL SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS.

Natália Aimar Ferreira¹

RESUMO:

O Brasil é um país extremamente desigual, e para isso existem políticas públicas que visam minimizar esta situação. Essas medidas caracterizam uma tentativa de transformar o Brasil em um Estado de Bem-Estar Social desejado ao molde Institucional descrito por Esping-Andersen (1990), principalmente após a constituição de 1988. Infelizmente a realidade é outra, fazendo com que tenhamos um sistema misto que mais tende a ser residual. Nesse quadro encontram-se políticas sociais como o Sistema Único de Saúde (SUS), o Programa Bolsa Família (PBF) e em especial o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Dentre vários empreendimentos do PMCMV, dois serão abordados no presente artigo, o Jardim Atlântico e Jardim dos Bandeirantes, que estão sendo construídos no Bairro Jockey Clube na zona norte de Juiz de Fora. São dois conjuntos habitacionais enormes, que certamente alterarão o modo de vida dos moradores dessa região. Na tentativa de identificar qual a visão desses moradores sobre esse tipo de política pública, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os moradores que se encontram mais próximos a construção, partindo da expectativa em relação à construção até a opinião sobre as outras políticas públicas já mencionadas. O presente artigo tem como objetivo mostrar as informações colhidas nessas entrevistas, bem como apresentar um breve histórico sobre a política habitacional no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Minha Casa Minha Vida, Política Habitacional, Estado de Bem-Estar Social, Imaginário Social.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil atualmente enfrenta um grande problema: Como diminuir a desigualdade social? Com a constituição de 1988 entraram em vigor várias medidas que visavam amenizá-lo. Aparentemente caminhávamos para um Estado de Bem-Estar Social, com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), fazendo parte do tripé da seguridade – assistência social, previdência e saúde, além da responsabilização maior em termos da oferta da educação. Em 2003 foi criado o Programa Bolsa Família (PBF), para atender as famílias de baixíssimas rendas. E finalmente, em 2009, foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em resposta ao enorme déficit habitacional.

Esses programas são resultados de vários debates e tentativas de minimizar esse grande dilema ao longo de vários anos. Em especial, o PMCMV vem de encontro há uma longa trajetória de políticas habitacionais, já que o problema da falta de moradias é resultado direto da desigualdade social, e por sua vez também é antigo. Muitos governos tentaram implantar políticas que nem sempre foram bem sucedidas, mas que contribuíram para que cada vez mais fosse aberto o espaço para debates em torno das políticas de habitação. Embora seja alvo de muitas críticas e não consiga atender em sua maioria os mais necessitados, o PMCMV representa um marco na política de habitação: nunca antes na história do Brasil foram destinados tantos recursos para essa área (SILVA et al, 2014).

Juiz de Fora, uma das cidades mais populosas de Minas Gerais, também entrou no mapa do programa. Dentre vários empreendimentos ao longo da cidade, existem dois que serão destacados no presente artigo, o Jardim Atlântico e Jardim dos Bandeirantes, que estão sendo construídos entre os bairros Jockey Clube e Industrial, na zona norte da cidade. Os dois terão 900 apartamentos no total, de aproximadamente 45m² cada, e aparentemente visam as faixas 2 e 3 do programa. Imagina-se que o impacto da construção desses prédios será enorme, alterando a natureza e o número de habitantes dessa região.

O presente artigo tem como objetivo apresentar as informações colhidas em entrevistas semiestruturadas, realizadas com os moradores que se encontram mais próximos a construção, partindo da expectativa em relação à construção até a opinião sobre algumas políticas sociais (PMCMV, SUS e PBF) e seus

¹Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: nati-sjdr@hotmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Me. Fernando Henrique Guisso.

beneficiários, e mostrar como essas opiniões se contrastam com a realidade. Pretende-se também apresentar um breve histórico das políticas habitacionais no Brasil, a partir das reflexões de Holz (2008), Costa (2014), Bonduki (2008) e outros.

É importante conhecer a percepção dessas pessoas sobre políticas sociais, porque primeiramente elas sofrerão os impactos, ainda que indireto, de uma dessas políticas. Segundo porque nos discursos dessas pessoas é possível encontrar traços da realidade, e explicações sobre determinadas práticas que se formam através da interação entre o imaginário e o real. Sabemos que o imaginário social nada mais é que uma construção que possibilita várias práticas comuns (TYLOR, 2010). Os moradores desses bairros compreendem a dimensão da mudança que esta construção vai causar; para uns ela pode representar a chance de realizar o sonho da casa própria fazendo com que eles a vejam de forma positiva. Mas, para outra parcela da população, essa mudança pode representar algo negativo, não só pelo impacto populacional, mas por uma possível rejeição as políticas públicas que visam rendas inferiores.

2. POLITICAS SOCIAIS E ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

Para Hobsbawm (1962), a Revolução Industrial foi o momento em que foram retiradas as correntes do poder produtivo humano, permitindo que se iniciasse uma era de multiplicação rápida e ilimitada de produtos. Tão esplendorosa, benéfica, inovadora e magnífica, a mudança para uma sociedade capitalista é igualmente marcada por crises, miséria, fome, exploração e insatisfação. Engels (1982) e Bresciani (1975) comentam em suas respectivas obras sobre a contradição desse momento tão marcante da história e sobre os efeitos perversos que ela teve na Inglaterra, mostrando que a centralização do ser humano nas cidades foi um episódio inédito. Polanyi (2013) mostra que a partir desse momento, tudo passou a ser comercializado, baseando-se na ideia de que o mercado naturalmente conseguiria controlar a economia, o que para ele era uma falácia. Em resposta a esse lado “perverso” do capitalismo, é que surge a tentativa de conciliar uma economia de mercado com a garantia dos direitos básicos, o chamado estado de bem-estar social. Ele é a combinação de estado, mercado e família na garantia desses direitos, ou seja, “é a mobilização em larga escala do aparelho do estado em uma sociedade capitalista a fim de executar medidas orientadas diretamente ao bem estar de sua população” (MEDEIROS, 2001, p.6). Segundo Pereira (2010), ele teve suas origens no século XIX e seu apogeu entre os anos 1945 e 1975.

Conforme Esping-Andersen (1990), esse sistema pode ser residual, atuando quando o mercado e a família não conseguem arcar com as necessidades, fazendo com que o benefício seja focalizado a determinado grupo mais necessitado e produzindo um estado de bem estar-social liberal, que atende as camadas de mais baixa renda e dá pouquíssimos benefícios de caráter universal. Ele ainda pode ser institucional, no qual o benefício tem caráter universal, gerando a social democracia, hoje representada por alguns países do norte europeu. Ele pode ser também corporativista, concedendo o benefício não mais se baseando na renda, mas na classe ou no status.

No Brasil, embora a mudança para uma sociedade capitalista não tenha acontecido nos mesmos termos e no mesmo tempo que na Inglaterra, também é enfrentado extrema desigualdade social, fazendo com que haja preocupação com esse tipo de política pública, principalmente após a constituição de 1988. Este foi um marco histórico para as políticas sociais no Brasil, pois:

A Constituição definiu um sistema composto por: Previdência Social, Assistência Social e Saúde. Entre os principais aspectos do novo sistema encontram-se: a universalização da cobertura, a equivalência entre os benefícios dos trabalhadores rurais e urbanos, a seletividade na concessão dos benefícios, a irredutibilidade do valor dos mesmos, a equanimidade dos custos, a diversificação das fontes de financiamento, a descentralização e a participação dos trabalhadores na administração do sistema. (GOLDANI, 2004, p. 218)

Lavinas (2004 *apud* Goldani) concluiu que embora a constituição de 1988 tivesse traços de um estado de bem-estar social democrata, o que se viu depois disso foi um modelo cada vez mais residual, com acesso condicionado e com várias restrições.

Draibe (1990 *apud* Goldani 2004) acredita que no Brasil se encontra um Estado de Bem-Estar do tipo meritocrático-pluralista ou conservador-corporativo, que seriam diferentes dos clássicos modelos residual ou

universalista, modelo este que partiria do princípio de que os indivíduos devem resolver suas próprias necessidades, através de seu trabalho e produtividade, fazendo com que as políticas sociais fossem apenas um mecanismo de correção.

Nesse sentido, se encontram as políticas sociais que serão citadas neste trabalho, o Programa Minha Casa Minha Vida – o qual será dado maior enfoque -, o Programa Bolsa Família, e o Sistema Único de Saúde. Eles fazem parte desse conjunto de medidas que tentam garantir o estado de bem-estar social brasileiro, sendo os dois primeiros limitados a baixas rendas e o terceiro de caráter universal.

O Programa Bolsa Família foi criado no ano de 2003 e transformado em lei em 2004, sendo resultado da junção de várias políticas anteriores de caráter assistencialistas, como o Programa Bolsa Escola e o Programa Auxílio Gás, ambos do governo de Fernando Henrique Cardoso. Seu objetivo inicial era combater a pobreza no Brasil. Ele possui duas modalidades, uma que fornece o benefício básico, destinado às famílias de extrema pobreza, e outra que fornece o benefício que varia conforme a presença de gestantes e crianças de até 12 anos no meio familiar (SOARES, 2010). Pode receber o benefício a família que recebe até R\$85 mensais por pessoa, ou até R\$170 mensais por pessoa, desde que haja em sua composição familiar gestantes, crianças, nutrizes, e adolescentes de até 16 anos. Atualmente, mais de 13,9 milhões de famílias são atendidas por este programa².

O Sistema Único de Saúde surgiu na Constituição de 1988, e tem como principal diretriz o acesso ao sistema de saúde por todos os cidadãos brasileiros. O Brasil foi um dos primeiros países latino americanos a fornecer saúde como direito universal, e o SUS é um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo, sendo reconhecido internacionalmente. Ele fornece desde assistência básica de saúde a tratamentos mais complexos, como transplantes de órgãos e tratamento para o HIV. (Ocké-Reis, 2009).

Já O Programa Minha Casa Minha Vida foi lançado em março de 2009 e tem como objetivo principal facilitar a aquisição de moradias para pessoas de baixa renda, através de subsídios e diferenciadas taxas de juros. Esse programa é resultado de uma longa trajetória de políticas habitacionais no Brasil, conforme veremos a seguir.

3. POLITICA HABITACIONAL NO BRASIL

Um dos malefícios da sociedade capitalista que busca-se combater por distintos atores sociais é a desigualdade social. Ela é manifestada na questão habitacional. Uma vez que a pesquisa de campo realizada partiu da percepção sobre o resultado de uma política habitacional (a construção dos empreendimentos Jardim Atlântico e Jardim dos Bandeirantes), neste tópico será feito um breve histórico das políticas habitacionais no país.

O déficit habitacional no Brasil é um problema tratado há bastante tempo, preocupando os governantes e intelectuais de todas as épocas, revelando a deficiência no planejamento urbano e a desigualdade social que há no Brasil. Como aponta Holz (2008), tal déficit agravou-se depois da Lei de Terras (1850) e da abolição da escravidão (1888). A primeira decretou que a aquisição de terras só aconteceria por meio da compra, e segunda fez com que os escravos libertos que não conseguiram permanecer no espaço rural migrassem para as cidades.

No século XIX já se tem relatos de habitações irregulares, os chamados cortiços, que foi tema de uma das obras de Aluísio Azevedo, *O Cortiço* (1890). Mais tarde começa a ocupação de áreas periféricas de forma irregular, formando as favelas. O governo até então, conforme aponta Bonduki (1994 *apud* Costa 2014), atuava em dois pontos, reprimindo a insalubridade das moradias coletivas – os cortiços – e concedendo isenção fiscal para os construtores, que eram os únicos beneficiados.

Na primeira metade do século XX foram poucas as políticas que fossem focadas na habitação. Costa (2014) relata que no governo Vargas foi criado o Instituto de aposentadoria e pensões (IAPS), fundo que poderia ser usado para várias finalidades. No governo Dutra foi criado a Fundação Casa Popular, importante marco na política de habitação, que apesar de não ter alcançado os resultados esperados, deu base para a criação do Banco Nacional de Habitação.

O Brasil passou por um grande aumento populacional nas áreas urbanas a partir da segunda metade do século XX, devido à sua industrialização tardia. Segundo Osório, “no período de 1940-60 a população brasileira passou de 41 milhões para 70 milhões de habitantes, com taxa de urbanização aumentando de 31%

²CAIXA. Bolsa Família. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>>. Acesso em 20 jan. 2017.

para 45% fazendo crescer os assentamentos ilegais, que avançaram sobre as cidades, para dar moradia às pessoas de baixa renda” (OSÓRIO, 2003, p.3).

Em 1964, com a ditadura militar, é criado o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), que arrecadavam recursos do Fundo de Garantia por Tempo e Serviço (FGTS) e do Sistema brasileiro de poupança e empréstimos (SBPE), permitindo que em âmbito federal houvessem recursos focados na construção de moradias. É necessário ressaltar que:

Do ponto de vista quantitativo da ação desenvolvida por este sistema foram muito expressivos: nos vinte e dois anos de funcionamento do BNH, o Sistema Financeiro da Habitação financiou a construção de 4,3 milhões de unidades novas, das quais 2,4 com recursos do FGTS, para o setor popular, e 1,9 milhões com recursos do SBPE, para o mercado de habitação para a classe média. (BONDUKI, 2008, p.73).

Porém Silva, Piacente, Febisbino e Cordeiro (2014) mostram que essas políticas conseguiram atender em sua maioria pessoas de classe média, pois havia excesso de inadimplência nas classes mais populares.

Desta forma, os sistemas de financiamentos eram cada vez mais destinados à população de classe média, já que os juros para essa classe eram mais altos, porém a inadimplência comparada com a classe de baixa renda era inferior. (SILVA et al, 2014, p. 56).

O problema do déficit habitacional continuou estável nas classes onde era mais agravante. Outro fator bastante criticado foi a localização das construções em lugares distantes e sem estrutura. (CIDADES, 2004).

O BNH foi extinto no ano de 1986 devido à crise que o país enfrentou depois da ditadura militar. Sendo assim, suas obrigações foram transferidas para a Caixa Econômica Federal (CEF). Foi o fim de uma política que, apesar de suas deficiências, representava a preocupação com habitação em âmbito nacional. Conforme aponta Bonduki,

Entre a extinção do BNH (1986) e a criação do Ministério das Cidades (2003), o setor do governo federal responsável pela gestão da política habitacional esteve subordinado a sete ministérios ou estruturas administrativas diferentes, caracterizando descontinuidade e ausência de estratégia para enfrentar o problema. (BONDUKI, 2008, p. 75 e 76)

Com a constituição de 1988, a responsabilidade habitacional é passada também para os âmbitos municipais e estaduais, representando outro grande marco na história das políticas habitacionais no Brasil. A propriedade é reconhecida pela sua função social³.

No governo Collor foi criado o Plano de Ação Imediata para Habitação (PAIH), que planejou a construção de 245 mil moradias em um curto período de tempo, mas que não conseguiu cumprir suas metas. Como aponta Maricato (1998), quase a metade das construções foi abandonada antes de serem terminadas e ocupadas ilegalmente, deixando uma péssima herança para os governos seguintes. Com o processo de impeachment, Collor foi deposto e ao assumir, Itamar Franco presou pela conclusão dessas políticas e deu início a outras políticas habitacionais, o Habitar Brasil e o Morar Município. Segundo Santos (1999 *apud* Costa 2014) essas foram políticas de baixo impacto.

Já no governo de Fernando Henrique Cardoso tem-se a volta do FGTS nos financiamentos, e a política habitacional começa a se reestruturar. Moreira e Leme (2011) acreditam que o mais relevante nas políticas habitacionais nesse período foi:

O reconhecimento da cidade ilegal e a extensão dos direitos e da cidadania; o conceito de déficit que incorporou áreas ocupadas precariamente; a descentralização dos programas, porém sem uma legítima e fundada articulação entre os mesmos; a diversidade de programas, tais como: Pró-moradia, Habitar Brasil, Carta de Crédito Individual Associativa; Apoio à Produção. (MOREIRA; LEME, 2011, p. 11)

Embora nesse período novas diretrizes para a política habitacional tenham sido traçadas, assim como nos governos anteriores esses programas não conseguiram vencer o grande obstáculo das políticas sociais, que é

³Segundo Holz (2008), “a propriedade deixa de ser um direito absoluto, ilimitado e perpétuo que tinha como base o direito de “usar, fruir e abusar da coisa” e passa a sofrer restrições para que seu uso favoreça a comunidade na qual se insere e deve ser exercido de forma consciente” (p. 6)

conseguir chegar majoritariamente às classes mais baixas. Osório (2003) mostra que de 1995 a 2000 a faixa de renda acima de oito salários mínimos utilizou cerca de 49% dos recursos vindos do FGTS ao passo que a faixa de renda de até 3 salários mínimos utilizou somente 11% desses recursos.

Em 2001, através de uma lei federal, é estabelecido o Estatuto das Cidades, contribuindo para que cada vez mais a política habitacional no Brasil fosse descentralizada e democrática. Lula assume em 2003, e logo após é criado o Ministério das Cidades. Em 2007 é lançado o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – que também previa recursos para habitação. Entre alguns avanços na política habitacional, o que mais se destaca – e permanece até hoje – foi a instituição do Programa Minha Casa Minha Vida.

3.1 Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)

Como já mencionado, o Programa Minha Casa Minha Vida tem como objetivo facilitar a aquisição de moradias para pessoas de baixa renda. Além disso, o programa também atua como incentivo no ramo da construção civil, gerando empregos nas diversas obras ao longo do Brasil. Em 2008 o Brasil sofria a enorme ameaça de desemprego, devido à crise econômica internacional. Bonduki (2009) aponta que o PMCMV foi criado como resposta emergencial a essa crise, e não atoa é que foi maturado inicialmente no ministério da fazenda.

O programa está na sua terceira fase, e estima-se que até agora foram beneficiados 10,5 milhões de brasileiros, que estão alocados em 2.632.953 famílias, enquanto mais de um milhão de famílias aguardam para receber suas moradias. Só em Minas Gerais foram investidos mais de 32,5 bilhões de reais, para atender as mais de 435 mil unidades contratadas. Para participar do programa é necessário estar entre as faixas do programa (ou seja, ter uma renda bruta de até 6500 reais), não possuir outro imóvel ou ter algum benefício do governo relacionado à habitação. O programa é dividido em faixas e modalidades⁴.

O MCMV urbano atende aos moradores dos centros urbanos, abrangendo as 3 faixas de renda. O MCMV entidades, que abrange somente a faixa 1 do programa, é a parte do programa que é autogerida, ou seja, ao invés dos recursos serem repassados para as construtoras, eles são geridos por grupos específicos, como “organizações populares, associações, cooperativas (...) que devem se responsabilizar integralmente pela indicação das famílias e por todo processo de produção...” (RIZEK; AMORE; CARVALHO, 2014, p. 536). O MCMV rural visa grupos que habitam no campo, atendendo famílias que recebem até 78 mil reais anuais.

A faixa 1 do programa abrange as famílias que recebem até 1800 reais mensais e possibilita que o beneficiário receba subsídio de até 90% do valor do imóvel. Isso pode acontecer de duas formas: através do sorteio realizado pelo estado ou pelo município, sendo o restante do valor financiado com prestações proporcionais a renda, ou pela modalidade entidades.

Já as faixas 1,5, 2 e 3 possuem diferentes subsídios e taxas de juros, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 - Faixas de Renda e Benefícios do MCMV

Renda Familiar Mensal	Faixa do MCMV	Característica
Até R\$ 1.800,00	FAIXA 1	Até 90% de subsídio do valor do imóvel. Pago em até 120 prestações mensais de, no máximo, R\$ 270,00, sem juros.
Até R\$ 2.350,00	FAIXA 1,5	Até R\$ 45.000,00 de subsídio, com 5% de juros ao ano.
Até R\$ 3.600,00	FAIXA 2	Até R\$ 27.500,00 de subsídio, com 6% a 7% de juros ao ano.
Até R\$ 6.500,00	FAIXA 3	8,16% de juros ao ano

Fonte: Ministério das cidades⁵

Embora o programa seja um marco extremamente importante para a habitação social no Brasil, ele possui alguns pontos que são alvo das críticas de vários autores. Bonduki (2009), antes que o PMCMV começasse, já chamava atenção para o fato de que o programa não deveria ser visto como algo muito grandioso, já que se propunha a produzir um milhão de moradias enquanto o déficit habitacional no Brasil era de sete milhões. Na faixa 1 do programa, o déficit é maior do que nas outras faixas, entretanto o investimento que é realizado nessa faixa não é proporcional ao tamanho do déficit. Inicialmente fora planejado que 40% dos investimentos iriam para a faixa 1, 40% para a faixa 2 e 20% para a faixa 3. Uma vez que o déficit na faixa 1 era

⁴ MINHA CASA MINHA VIDA. Disponível em: <<http://www.minhacasaminhavid.gov.br/>> Acesso em: 02 jan. 2017

⁵ MINISTÉRIO DAS CIDADES. Minha Casa, Minha Vida. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/habitacao-cidades/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv>>. Acesso 02 jan. 2017.

cerca de 15 vezes maior que nas faixas 2 e 3, Bonduki já previa que o programa não conseguiria diminuir significativamente o déficit onde ele é mais agravante, enquanto que nas faixas 2 e 3 o déficit quase acabaria.

Tabela 2 - 1 Déficit acumulado e as metas do programa Minha Casa, Minha Vida - Distribuição do déficit por faixa de renda

Renda	Déficit Acumulado		Metas do MCMV		Déficit Acumulado Atendido	
	Em R\$	Em %	Valor absoluto, em mil	Em %		Valor absoluto, em mil
Até 1395		91	6550	40	400	6
1395 a 2790		6	430	40	400	93
2790 a 4600		3	210	20	200	95
		100	7.200	100	1.000	14

Fonte: Bonduki, 2009, p. 13

Hirata (2009) acredita que por mais que o MCMV priorize as famílias de baixa renda, ele não dá condição para que isso aconteça. O financiamento exige uma contrapartida, e os indivíduos dessa faixa nem sempre têm garantia de emprego e renda.

Nesse mesmo sentido, Krause, Balbim e Neto (2013) acreditam que “a provisão habitacional para essa faixa de renda (3 a 10 salários mínimos) não tenha como único foco o atendimento ao déficit” (p. 35). Para eles, o PMCMV atende muito mais a demanda habitacional do mercado (que está relacionada a uma possível vontade ou expectativa de se ter um imóvel), correspondendo as faixas 2 e 3, do que a necessidade habitacional, relacionada a quem realmente está em condições precárias de habitação (que como já exposto, se encontram na faixa 1 do programa). O PMCMV teria então um papel de desenvolvimento econômico e a moradia seria produto desse programa.

Outra crítica estaria relacionada à localização dos empreendimentos. Bonduki (2009), mais uma vez, já se preocupava com tal fato.

A localização dos empreendimentos poderá ser inadequada, em áreas carentes de emprego, infraestrutura e equipamentos, correndo o risco, ainda, de gerar impactos negativos como a elevação do preço da terra, que representaria a transferência do subsídio para a especulação imobiliária, desvirtuando os propósitos do programa. (BONDUKI, 2009, p.13)

Marques e Rodrigues (2013) apontam que na literatura já se encontram diversas publicações relacionadas à localização desses empreendimentos que comprovam o que Bonduki previa, reforçando a segregação social. “Não seria razoável prever que o MCMV promoveria empreendimentos em localizações muito centrais ou em bairros habitados por classes altas, como de resto não o fez nenhum outro programa público de habitação” (MARQUES; RODRIGUES, 2013, p. 163).

É interessante notar que as críticas apresentadas são as mesmas realizadas a políticas de habitação de períodos anteriores, mostrando assim que esses problemas estão se repetindo, ainda que seja uma política diferente.

O PMCMV vem continuando desde então, passando por algumas atualizações, como a criação da faixa 1,5, que foi adicionada em 2015. Especula-se sobre uma possível criação da faixa 4, que teria como limite 15 mil reais⁶. Caso isso fosse concretizado, diminuiria cada vez mais o foco do PMCMV para o déficit habitacional, corroborando com as ideias citadas acima de que o programa é uma medida antes econômica do que social.

4. MINHA CASA MINHA VIDA: O CASO DOS EMPREENDIMENTOS JARDIM ATLANTICO E JARDIM DOS BANDEIRANTES

Minas Gerais, segundo a Fundação João Pinheiro (2013) é o segundo estado com maior déficit habitacional, estimado em 493mil unidades em 2013 e 529 mil em 2014. Juiz de Fora, que é uma das cidades mais populosas de Minas Gerais, é a quinta cidade com maior déficit habitacional do estado. (SOUZA, 2016). A

⁶ EXAME. Construtoras propõem criação de faixa 4 do Minha Casa Minha Vida. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/construtoras-propoem-criacao-de-faixa-4-do-minha-casa-minha-vida/>> Acesso em: 2 jan. 2017.

zona norte de Juiz de Fora é uma das regiões da cidade que mais cresce, mas é onde também se encontram as menores rendas, existindo 988 famílias abaixo do nível da pobreza e 5890 famílias em vulnerabilidade social. (JUIZ DE FORA, 2012 *apud* SOUZA, 2016).

Nesse contexto descrito acima é que se encontram os empreendimentos abordados nesse trabalho. O Jardim Atlântico estava previsto para ser entregue no final de 2016 (estando à entrega já atrasada) e o Jardim dos Bandeirantes em julho de 2017. Ao passar pela região é possível ver a imensidão desses conjuntos habitacionais, que por serem construídos lado a lado, parecem ser um só. Eles se destacam na região não só pela quantidade de prédios no mesmo espaço, mas também pelo fato de que na região existem mais casas do que prédios. Geograficamente, a construção se encontra no bairro Jockey Club, porém o bairro que mais sofrerá impacto será o Bairro Industrial, uma vez que a entrada do conjunto habitacional é ao lado dele, conforme imagem.



Em destaque: Bairro Industrial

Fonte: Site de Divulgação MRV Engenharia.

A propaganda na região é massiva: anunciam sobre a estrutura do conjunto habitacional e o mais importante, esses apartamentos são atendidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Embora os apartamentos tenham aproximadamente 45m², é anunciado que os 900 apartamentos construídos serão atendidos com piscina, salão de festas, playground, espaço fitness, quadra gramada, espaço gourmet e piscinas adulto e infantil⁷. Os dois conjuntos estão sendo construída pela MRV engenharia, que também é responsável por outros conjuntos habitacionais na cidade.

O Bairro Industrial possui 3017⁸ habitantes, e o Bairro Jockey Clube 4763⁹. Uma simulação nos possibilita pensar sobre o aumento populacional que essa construção trará. Se em cada apartamento morar uma média de três pessoas, serão 2700 pessoas a mais nessa região, representando um aumento populacional de 35%.

5. ENTREVISTAS

Foram entrevistados 11 moradores do bairro Industrial. As entrevistas foram realizadas nos meses de setembro e outubro de 2016. A maioria dos entrevistados tem mais de 40 anos e residem no bairro há mais de 20 anos.

Tabela 2 – Dada dos entrevistados do Bairro Industrial – Setembro e Outubro de 2016

Entrevistado	Mora no Bairro	Idade	Renda (SM)	Gênero	Escolaridade	Cor
1	11	61	6 a 9	Masculino	Superior	Parda
2	56	77	1 a 3	Feminino	Médio	Branca
3	80	89	Até 1	Feminino	Fundamental	Preta
4	7	64	3 a 6	Masculino	Superior	Branca

⁷MRV ENGENHARIA. Parque Jardim Atlântico. Disponível em: <<http://www.mrv.com.br/imoveis/apartamentos/minasgerais/juizdefora/jockeyclub/parquejardimatlantico>> Acesso em: 26 nov. 2016

⁸ POPULAÇÃO. População Jockey Clube Juiz de Fora. Disponível em: <http://populacao.net.br/populacao-jockey-club_juiz-de-fora_mg.html>. Acesso em 26 nov. 2016

⁹ POPULAÇÃO. População Industrial Juiz de Fora. Disponível em: <http://populacao.net.br/populacao-industrial_juiz-de-fora_mg.html>. Acesso em 26 nov. 2016

5	27	33	1 a 3	Masculino	Superior	Parda
6	10	71	1 a 3	Masculino	Incompleto	Branca
7	20	64	3 a 6	Masculino	Superior	Branca
8	25	40	3 a 6	Feminino	Superior	Preta
9	18	18	1 a 3	Masculino	Médio	Parda
10	20	20	1 a 3	Masculino	Médio	Amarela
11	52	71	-	Feminino	Fundamental	Parda

Fonte: Dados da pesquisa

Na entrevista havia tópicos que abordavam a expectativa em relação à construção dos prédios, o que o bairro representa para a pessoa e qual a percepção que ela tem sobre os programas Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família e o SUS, bem como também sobre seus usuários.

A escolha dos moradores foi feita devido ao local em que moravam, priorizando as casas mais próximas a construção. As perguntas foram feitas na tentativa de contrastar as percepções sobre diferentes programas, priorizando o Minha Casa Minha Vida devido à experiência dos participantes em estarem perto de uma das obras.

É necessário ressaltar que essas entrevistas não se propõem a ter um sentido estatístico. Ao contrário, elas têm um caráter exploratório, representando um esforço em compreender a percepção e a construção do imaginário em torno das políticas sociais brasileiras.

Conhecer a percepção dessas pessoas é necessário, pois ela pode revelar muito sobre a realidade. É através dessas percepções ou de como as pessoas imaginam o mundo que são possibilitadas práticas coletivas. Conforme Tylor, “o imaginário social é a compreensão comum que possibilita práticas comuns e um sentido de legitimidade amplamente partilhado” (TYLOR, 2010, p. 31). Nesse sentido, o imaginário das pessoas sobre políticas sociais pode revelar bastante sobre determinadas práticas vinculadas ao preconceito e discriminação. Através dele é possível perceber até que ponto as políticas sociais tem aprovação, no sentido de que há um interesse da população em saber em que e como o dinheiro público está sendo gasto. Além do mais, no discurso dessas pessoas podemos encontrar como essas políticas agem e se fazem presente no cotidiano da população brasileira, e quais são os impactos de uma política restritiva na vida de quem não se beneficia.

Não necessariamente todo o discurso dessas pessoas se encontra na realidade, mas uma parte dele corrobora com determinadas práticas, enquanto outra parte, embora não represente os fatos, explicam certas aversões a programas destinados as baixas rendas.

5.1 O Bairro

Em várias entrevistas a região foi descrita como um local de sossego e aconchego. Ela sofre com algumas questões de drogas e violência, mas os moradores acreditam que essa é uma tendência geral, e não algo específico do bairro, e que, portanto isso não interfere na tranquilidade do mesmo. O entrevistado quatro, de 64 anos relata que escolheu morar no Bairro Industrial por ser um local tranquilo, diferente dos bairros centrais, uma vez que tem dois filhos pequenos.

O bairro também foi descrito como o local da história de muito deles, como é o caso do entrevistado três, de 89 anos, que chegou ao bairro quando tinha apenas 9 anos de idade. A entrevistada onze, de 72 anos, relata como foi quando chegou ao mesmo, há 50 anos. Outros, mais novos, como os entrevistados nove e dez, que têm 18 e 20 anos, que relatam que ali é onde nasceram e foram criados, fazendo com que o bairro represente não só sua história, mas o lugar onde se encontra o seu círculo social.

Para outros, além de representar o local de moradia, representa também o local de trabalho. O entrevistado seis mora no bairro há 10 anos e possui um estabelecimento comercial. O entrevistado cinco e a entrevistada oito são professores na escola do bairro.

A construção dos prédios no bairro tem representações distintas para os moradores. A partir disso, pode-se traçar dois perfis, os que o veem de maneira positiva e os que o veem de maneira negativa. No primeiro caso se encontram quatro entrevistados. O entrevistado um alegou que já começou a ver melhorias na região devido a construção. O entrevistado seis, que por possuir seu estabelecimento comercial, acredita que a vinda dos novos moradores o beneficiará. Os outros dois acreditam que a construção valorizará a região, trazendo

mais investimentos, como mais estabelecimentos comerciais, aumento da frota de ônibus e aumento da segurança. O entrevistado quatro afirmou,

A principio achávamos que seria uma coisa ruim, porque já tivemos essa experiência em outros bairros com a mesma MRV que não deu certo. Lá por lado de Santa Luzia dava muito problema, até apelidaram lá de Carandiru. Tinha briga, tiroteio, policia... Acredito que aqui não seja assim porque o valor dos apartamentos é bem superior então vai exigir renda maior das pessoas. Então acredito que não seja tão confuso assim. (Entrevistado quatro)

No segundo caso se encontra a maioria dos entrevistados, que veem a construção como algo ruim, por ela representar a possibilidade de acabar o sossego (descrito como característica fundamental do bairro), pela incerteza sobre como serão os novos habitantes, por receio devido às experiências de habitação popular em outros bairros e por achar que o bairro não tem estrutura. Como relatou o entrevistado cinco,

A quantidade de gente que vai morar ali...é muita gente! O que nos preocupa é isso, a quantidade de gente e o tipo de gente. Por exemplo, aqui a gente viveu aqui a vida inteira, sempre fomos muito tranquilos. Hoje não tem tanta tranquilidade, não pelo bairro em si, mas o problema que vivemos hoje, que são drogas, violência... Mas eu acho que com a chegada desse povo, que não sabemos quem são, a preocupação é essa, perder a tranquilidade mais ainda. (Entrevistado cinco)

Os entrevistados dois e sete se mostraram preocupados com a estrutura do bairro e a segurança.

Aqueles prédios ali eu não gostei muito porque aquilo ali...não sei se foi feito um projeto de viabilidade. Vão ser muitos moradores, não sei se vai ter ônibus suficiente, escola, posto de saúde. São muitos prédios, apartamentos pequenos e não sabemos se será uma boa em questão de segurança.(Entrevistado dois)

Vai mudar muito a estrutura do bairro industrial porque esse povo vão se beneficiar daqui, vai mudar o estilo de vida de muita gente por causa deles, vai acabar o sossego de muita gente principalmente de quem mora aqui colado... De um modo geral eles vão ter que no mínimo colocar um posto policial aqui dentro, ou então a policia vai ter muito trabalho, porque a aglomeração é muito grande, é um espaço muito pequeno pra muita gente. O sossego da gente com certeza vai modificar muito, mas muito mesmo. (Entrevistado sete)

A preocupação dos moradores com relação ao número de pessoas que virão se contrapondo com o sossego existente ali é enorme. A rua em que será a saída dos empreendimentos foi recentemente construída e pavimentada, por isso o acesso às ruas do bairro Industrial é impedido por muros, fazendo com que quem sair do condomínio não tenha que transitar pelas ruas do bairro. Todos os entrevistados mencionaram o abaixo assinado que fizeram pedindo para que esse muro não fosse retirado, já que essas ruas mais próximas à construção são sem saída, e caso o muro seja tirado, deixarão de ser, podendo haver trânsito de carros e pessoas.

5.2 Minha casa minha vida (PMCMV)

Quando questionados sobre o PMCMV, que é a grande propaganda dessas obras, somente dois entrevistados veem o programa de forma negativa. Eles criticaram a localização dos lugares e os valores.

Eu acho que muitas pessoas, pela simulação que eu fiz aqui, morrem de desgosto, de conviver todo dia com aquela dívida que dificilmente ela decresce. Ou ela continua ou ela sobe. Porque você vai lá ver o saldo devedor, eles inventam tanta taxa, tanta coisa, que você pensa, poxa já paguei a metade e tô devendo mais da metade... É assim que funciona, então eu não concordo. (...) Lá em Mariano Procópio tem um condomínio enorme lá, aonde? Na beira do córrego. Aqui era um brejo, tudo isso aí era brejo. Então, antes de eu ver isso aí, que eu ouvia falar do minha casa minha vida é isso aí que você vê. Porque eles não pegam um terreno lá no morro, lugar bom e procura construir só lá? Eles só se preocupam com dinheiro.(Entrevistado dois)

Os outros acreditam que o programa significa melhorias na vida das pessoas, apesar de terem algumas ressalvas. "Eu conheço mais ou menos porque nunca usei, mas acho que pra pessoa que não tem nada já é alguma coisa. Mas o apartamento é muito pequeno, a área é 47m². A cozinha com a área é muito pequena (...) É só pra falar mesmo que o cara não está no tempo." (Entrevistado sete) . Apenas três dos entrevistados

conhecem pessoas que usaram o programa, inclusive um deles é beneficiário do programa nessa construção, e afirmou que ele e sua família estão satisfeitos até então.

Uma vez que o financiamento pelo PMCMV é apenas uma opção, os entrevistados foram questionados se haveria diferenças entre quem adquirisse o imóvel pelo programa e quem adquirisse de outras formas, como por exemplo, pagando a vista. A maioria acredita que quem paga a vista não tem o intuito de morar lá, apenas compra o imóvel para alugar, pois a estrutura do prédio e a localização é feita para pessoas que justamente não tem condição de adquirir um apartamento a vista e em uma localização mais central. O entrevistado quatro acha que não haverá pessoas que comprarão a vista porque o programa tem várias faixas de renda. “É bobagem pagar a vista, porque o plano tem pra várias faixas de renda... o povo acha que o Minha Casa Minha Vida é coisa pra pobre, mas ele é um plano pra que as famílias brasileiras consigam adquirir seu imóvel então por isso ele tem essa variação. Se você ganha menos seu subsidio vai ser maior.” A entrevistada três comentou: “Os que vão pagar a prazo é os pobre, pobre mesmo remediado. Agora esses que compra a vista eu tenho a impressão que eles compram aqui e passam pra outros. Não vão morar aqui.”

A ideia em relação ao financiamento do apartamento está bastante clara para todos; embora tenha o logotipo de um programa do governo, como o empreendimento é muito próximo de suas casas, todos eles ficaram curiosos, pesquisaram e até simularam formas de financiamento baseado em suas rendas, descobrindo assim que não se trata de uma obra destinada as famílias de rendas mais baixas, já que o subsidio é de até 22 mil reais. A entrevistada onze expressou a diferença entre esses empreendimentos e outros, que possivelmente também são do PMCMV, mas são aqueles que abrangem a primeira faixa do programa e são realizados ou por sorteio das prefeituras e estados, ou pela modalidade entidades.

Eu conheço gente que comprou aqui, que trabalha no comércio, são pessoas normais... Não é como o outro programa da prefeitura, por exemplo, na Vila Germânia, Parque das Aguas, Monte Castelo... É um tipo de pessoa. Então quem vem pra cá é outro tipo, então a gente não tem muita consciência como vai ser. A gente escuta falar desses bairros... Mas lá é outro tipo de gente, não é o mesmo que vem pra cá, de renda elevada. (SIC, Entrevistada onze)

O entrevistado cinco também comentou sobre isso, e acredita que a faixa de renda para aquele tipo de apartamento não é uma das mais baixas.

Eles também foram questionados em relação a se o programa tem de fato cumprido aquilo que propõe, “transformar o sonho da casa própria em realidade para muitas famílias brasileiras”¹⁰. Alguns acreditam que sim, como a entrevistada onze, que alegou: “Acho uma coisa até boa pra muita gente, porque muita gente que não tinha condição de ter casa própria, agora tem, principalmente os mais carentes. Conheço gente que morava em favela e que hoje estão morando através desse programa”. Outros acreditam que não, e enfatizam o poder restritivo do PMCMV. “Em relação a esses condomínios nem todos podem pagar, então é o sonho de alguns porque se fosse de todos, todos teriam casas e não pagariam aluguel. Então não é para muitos, é pra quem pode, quem tem dinheiro. Ainda há exclusão nisso.” (Entrevistado oito).

Sobre os novos moradores, que serão possíveis beneficiários do PMCMV, muitos disseram não saber o que esperar, pois acreditam que virão pessoas de todos os tipos e todos os lugares. O entrevistado sete teme por essa pluralidade:

Eu acredito que virá classe média pra classe baixa né, porque a pessoa que tem condição melhor vai morar num lugar melhor né. Não é que a pessoa que tenha condição pior seja ruim né, porque hoje a gente não pode julgar todo mundo igual, mas ali tem mais chance de vir gente piores. Já aconteceu casos aqui em jf que não selecionaram. Ai vem traficantes de vários bairros e vira gangue (...) gangues rivais no mesmo lugar. (SIC, entrevistado sete)

Por último, sobre o que seria diferente caso os prédios não tivessem a opção de serem financiados pelo MCMV, eles acreditam que haveria melhor estrutura, menos moradores por apartamento, menos apartamentos, já que eles seriam maiores, e público totalmente diferente. O entrevistado um acredita que a grande diferença não estaria no uso do programa ou não, mas na localização.

Quando você faz um lançamento de apartamentos, tipo assim no bairro Granbery, é uma coisa. Quando você faz no bairro Industrial é outra coisa né. Logico que se aqui fosse um lugar de renda per capita melhor a estrutura seria bem melhor. Procura sempre agradar aquele cliente que paga melhor.

¹⁰Frase contida no site de divulgação do MCMV.

Então como o cliente aqui é um cliente da classe média baixa, talvez nem sei se encaixa na classe média, mas de qualquer forma a empresa investiu em uma mini infra estrutura aqui, até preparando, como falei antes, o bairro pro visual da construção, o que melhorou um pouquinho. (Entrevistado um)

5.3 Bolsa Família

Em relação ao Bolsa Família, quase todos os entrevistados identificam alguma irregularidade ou deturpação no programa.

Eu acho que se as pessoas que realmente fizessem a jus a isso ganhasse eu acho certo, mas eu acho que tem muita gente que recebe isso e não precisa porque faz uma mutreta pra ganhar mais um pouquinho. Se for pra quem realmente tem a renda baixa eu acho boa coisa, pra quem não tem nada qualquer cem reais é muita coisa. (SIC, Entrevistado quatro)

A proposta é legal, mas esse é o problema do Brasil, as coisas não funcionam como deviam funcionar, um monte de gente tira proveito disso aí você começa ver gente que começa a deixar de trabalhar pra ter que receber bolsa família (...). A proposta é legal, o problema maior tá nas pessoas não no programa, mas o governo também tem sua parcela de culpa porque ele também não tá nem aí se o programa tá funcionando direitinho, ele quer é garantir os votos dele. (Entrevistado cinco)

Acho que é o maior programa de voto do Brasil porque a finalidade deveria ser ajudar as pessoas, mas dar uma porta de saída. Pelo que leio em muitos lugares muitas pessoas entram pra não sair mais, pra ter muitos filhos e nunca sair do programa. Ele teve uma boa intenção, mas foi desvirtuado. (Entrevistado sete)

Também houve quem discordasse totalmente do programa. Já em relação ao perfil do usuário do Bolsa família, a maioria mencionou que a pessoa deve ser pobre e miserável para poder receber tal benefício do governo, embora acreditam que há pessoas que não precisam e usam o programa.

5.4 Sistema Único de Saúde (SUS)

Sobre o SUS, a maioria dos entrevistados acredita que é um programa bom, mas que apresenta inúmeras irregularidades, sendo seus maiores problemas a gestão e a corrupção, tanto por parte de quem repassa as verbas quanto por parte dos próprios médicos que “falam que estão lá e não estão.” (Entrevistado quatro). O entrevistado cinco ainda enfatizou a necessidade de se ter políticos preocupados com a população: “Eu acho que no fim das contas o governo não quer o povo bem de saúde (...) o problema do SUS é que falta gestão, de gente que pensa na gente. O problema é o político que olha pro próprio bolso e não olha pra gente.”.

O SUS é uma coisa boa, porém se tivesse uma gestão legal, honesta das pessoas que o fazem... Eu atualmente sou aposentado, tenho um plano que não é muito bom. Uso o SUS, sempre que preciso sou atendido bem porque eu brigo, agora quando a pessoa tem baixa renda ela infelizmente abaixa a cabeça e tudo que eles coloca acha que tem que aceitar. (Entrevistado quatro)

Sobre o perfil de quem usa o SUS, a maioria acredita que são pessoas de baixa renda, embora também existam pessoas com planos privados. A entrevistada onze criticou esse fato, como se o SUS tivesse que ser usado unicamente por quem não possui plano de saúde: “Eu tenho visto casos de pessoas bem atendidas, mesmo pessoas com planos de saúde que não precisam do SUS e quando precisa de um tratamento mais completo que o plano não cobre vai pro SUS.”. Isso demonstra o quanto o SUS, embora tenha caráter universal, é utilizado por pessoas que possuem rendas menores, criando inclusive uma imagem de que quem não se encaixa nesse perfil não deveria usa-lo.

5.5. Observações Gerais

Sabemos que no Brasil a noção de desigualdade caminha juntamente com uma noção de meritocracia. Conforme Scalón e Salata,

A crença de que a distribuição de oportunidades e recursos se baseia em critérios de estratificação meritocráticos, tais como esforço, educação, qualificação ou inteligência. Isto pode levar a uma tendência em legitimar o sistema de estratificação. Como consequência, esta visão justificaria uma maior tolerância com a desigualdade de recompensas e a aceitação de limites mais elásticos para ela, dada a percepção de que os recursos seriam distribuídas de acordo com critérios meritocráticos. (SCALON; SALATA, 2016, p. 186).

Nesse sentido, se a noção de que todos os seres humanos têm as mesmas oportunidades, e a desigualdade se dá devido ao fato de que uns se esforçaram mais que os outros, não seria tolerável que uns que “se esforçaram menos” recebessem algum benefício do governo. Talvez seja por essa linha de pensamento que há tanta rejeição as políticas assistencialistas. Embora a maioria dos entrevistados não se mostraram totais opositores do Bolsa família, por exemplo, eles apresentaram histórias de pessoas que de alguma forma recebiam sem precisar, ou de pessoas que deixam de trabalhar, histórias essas que ainda que possam existir, não necessariamente expõe a realidade dos fatos.

Ainda sobre o Bolsa família, a fala de um dos entrevistados contém uma ideia bastante difundida no senso comum, a ideia de que o programa “incentiva as mulheres a ter filho pra ganhar essa bolsa, e quanto mais elas tiver mais elas ganha” (entrevistado dois). Não se sabe ao certo até que ponto essa frase é fantasiosa. Mas essa pode ser uma das construções do imaginário social que causam também essa aversão as políticas sociais que são focalizadas, pois a ideia assistencialista fere a noção de meritocracia.

Em relação ao SUS, a reprovação se encontrou em termos da administração. Entretanto, é interessante notar que mesmo sendo uma política que deveria ser universal, todos perceberam que há um recorte nela, já que segundo eles o SUS atende em sua maioria os mais pobres, mostrando a ineficiência do sistema em atender a todos, e a preferência pelo sistema privado pelas pessoas que têm melhor condição financeira.

Sobre o Minha Casa Minha Vida, os comentários foram em sua maioria positivos. Entretanto, ficou claro que isso ocorreu porque o exemplo em questão se tratava de um empreendimento que não era destinado às classes mais baixas. Tanto que outros empreendimentos que eram para rendas inferiores, foram citados nas falas de alguns entrevistados como forma de alívio, já que aqueles não seriam os que se encontrariam perto de suas casas. Outro ponto a ser mencionado também é que outra parte dos entrevistados conseguiu identificar o caráter restritivo que o PMCMV pode ter, não conseguindo atender de fato ao déficit habitacional, e a noção da localização dos empreendimentos em lugares mais afastados, ideias que Bonduki (2009) já previa e que pode ser constatada hoje na realidade.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, é possível concluir que a política habitacional existente hoje no Brasil ainda está longe de acabar com o déficit habitacional, embora ela já tenha avançado muito diante dos programas do passado. Não devemos tirar o mérito do Programa Minha Casa Minha Vida, afinal, é grande o investimento realizado. Porém também não podemos deixar de lado o fato de que grande parte dos brasileiros está em condições precárias de habitação enquanto o governo apresenta medidas que aparentam querer acabar com isso, mas que na verdade podem ser políticas que visem muito mais interatuar o setor da construção civil com a economia do que de fato facilitar a aquisição de moradias para quem não tem, fazendo com que isso se perpetue.

Nesse sentido, os moradores do Bairro Industrial estão vivenciando o andamento de uma pequena parte dessa política, a construção de 900 apartamentos. A maioria deles entende como funciona o programa, e por isso estão muito mais preocupados com o aumento populacional que os empreendimentos Jardim Atlântico e Jardim dos Bandeirantes vão trazer do que com o fato do empreendimento poder ser financiado pelo Minha Casa Minha Vida, já que eles visam às faixas de rendas mais elevadas do programa. Porém, ficou clara a rejeição pelas modalidades do programa que visam as rendas mais baixas, assim como houve também várias ressalvas em relação ao Bolsa família. Não se pode afirmar que isso se dá unicamente a noção de meritocracia existente na nossa sociedade. Porém, essa é uma possibilidade que pode ser investigada em um trabalho futuro.

BIBLIOGRAFIA

BONDUKI, N. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, v. 1, p. 70-104, 2008.

BONDUKI, N. Do projeto moradia ao programa minha casa minha vida. **Teoria e debate**, v. 82, p. 8-14, 2009.

BRESCIANI, M. S.; "A rua e seus personagens" e "A descida aos infernos". In: **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 10-48

COSTA, C. C. G. **Uma análise do setor imobiliário brasileiro de baixa renda: um estudo de caso do Programa Minha Casa, Minha Vida**. Ribeirão Preto: EdUSP, 2014.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do WelfareState. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 24, p. 85-116, 1991.

ENGELS, F.; "Introdução" e "As grandes cidades". In: **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Porto: Ed. Afrontamento, 1975. p. 31-50 e 55-111.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. Déficit habitacional municipal no Brasil. Belo Horizonte: FJP, 2013. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

GOLDANI, A. M.; Relações intergeracionais e reconstrução do estado de bem-estar. Por que se deve repensar essa relação para o Brasil. **Os novos idosos brasileiros: muito além dos**, v. 60, n. 7, p. 212-250, 2004.

HIRATA, F. "Minha Casa, Minha Vida": Política habitacional e de geração de emprego ou aprofundamento da segregação urbana?. **Revista Aurora**, v. 2, n. 2, 2009.

HOLZ, S. MONTEIRO, T. V. Política de habitação social e o direito a moradia no Brasil. **Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales**, v. 2008, p. 26-30, 1999.

KRAUSE, C.; BALBIM, R.; NETO, V.. Minha Casa Minha Vida, Nosso Crescimento: Onde fica a Política Habitacional?. IPEA. **Texto para discussão nº 1853**, 2013.

MARICATO, E. Política urbana e de habitação social: um assunto pouco importante para o governo FHC. **Revista Praga, São Paulo**, v. 1, n. 6, p. 67-68, 1998.

MARQUES, E.; RODRIGUES, L. O Programa Minha Casa Minha Vida na metrópole paulistana: atendimento habitacional e padrões de segregação. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 15, n. 2, p. 159-177, 2013.

MEDEIROS, M. A trajetória do welfare state no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais anos 1930 aos anos 1990. IPEA. **Texto para discussão nº 852**, v. 852, 2001.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Política Nacional de Habitação**. Brasília, 2004.

MOREIRA, C. F.; LEME, A. A. DIREITO À MORADIA: POLÍTICAS PÚBLICAS NOS GOVERNOS FHC E LULA. **Horizonte Científico**, v. 5, n. 1, 2011.

OSÓRIO, L. Direito à moradia no Brasil. São Paulo: Fórum de Reforma Urbana, 2003.

OCKÉ-REIS, C. O. A constituição de um modelo de atenção à saúde universal: uma promessa não cumprida pelo SUS? In: **Textos para discussão n. 1376**, Série Seguridade Social. Rio de Janeiro: CNPq; MCT, 2009.

PEREIRA, P. A.; A questão social e as transformações das políticas sociais: respostas do Estado e da sociedade civil. **Revista Ser Social**, n. 6, p. 119-132, 2010.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Leya, 2013.

RIZEK, C. S.; SANTO AMORE, C.; DE CAMARGO, C. M. POLÍTICA SOCIAL, GESTÃO E NEGÓCIO NA PRODUÇÃO DAS CIDADES: o programa Minha Casa Minha Vida “entidades”. **Caderno CRH**, v. 27, n. 72, p. 531-546, 2014.

SCALON, C.; SALATA, A.. Desigualdades, estratificação e justiça social. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 2, p. 179-188, 2016.

SILVA, V.C.; PIACENTE, F. J. ; FEBISBINO, D. A.; CORDEIRO, F. S. Histórico das políticas habitacionais no Brasil no período de 1964 a 2010. **Análise (Jundiaí)**, v. 22, p. 52-63, 2014.

SOARES, S. et al. Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza. In: ABRAHÃO, J. de C.; MODESTO, L. **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília: Ipea, 2010.

SOUZA, L. A. Panorama da Situação Habitacional em Juiz de Fora – MG. In: COLÓQUIO NUGEA, 2., 2016, Juiz de Fora. **Anais eletrônicos...** Juiz de Fora: UFJF, 2016. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/nugea/eventos/ii-coloquio-do-nugea/anais-do-ii-coloquio-do-nugea/>>. Acesso em 6 jan. 2017.

TAYLOR, Charles. Imaginários sociais modernos. **Lisboa: Texto & Grafia**, 2010.